

LEI Nº 1.733/2008

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção a ASSOCIAÇÃO JOÃO XXIII, que tem o nome de fantasia Casa da Criança Dona Arlinda Monteiro e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou a seguinte Lei, gerada a partir do Projeto de Lei nº 006/2008 – Executivo.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado na forma prevista no art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a conceder subvenção mensal no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) à ASSOCIAÇÃO JOÃO XXIII, localizada a Avenida América do Sul nº472 – Bairro Nova Santa Cruz, neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº05.051.900/0001-81, por meio da dotação orçamentária a seguir discriminada, consignada no orçamento de 2008, aprovado pela Lei nº 1.686, de 20 de novembro de 2007, para o funcionamento das suas atividades sociais, pelo período de 09 (nove) meses, ficando o Poder Executivo autorizado de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa prorrogar o mencionado convênio.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

- a) Órgão: 30 – Secretaria de Planejamento Social
- b) Unidade: 20 – Departamento de Ação Social

II – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

- a) 08.122.0807.2.041.000 – Manutenção Administrativa

III – NATUREZA DA DESPESA

- a) 3.3.50.43 – Subvenções Sociais

§ 1º O Município firmará convênio com a ASSOCIAÇÃO JOÃO XXIII, de conformidade com a legislação específica, atendendo o disposto no art. 2º desta Lei.

§ 2º O Município consignará nos orçamentos dos exercícios seguintes, dotações destinadas a custear a subvenção ora concedida.

Art. 2º A concessão da subvenção a entidade sem fins lucrativos, identificada no art. 1º desta Lei, dependerá do atendimento das seguintes exigências:

- I- Apresentação por parte da ASSOCIAÇÃO JOÃO XXIII, do plano de aplicação dos recursos nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666/93 - Estatuto dos Contratos e Licitações Públicas;

- II- Comprovação de seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- III- Apresentação dos respectivos documentos de constituição, suas alterações e CNPJ/MF, no original ou através de cópias autenticadas; e,
- IV- Aprovação do plano de trabalho pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Não poderá ser liberada nova subvenção sem a prestação de contas da importância liberada anteriormente.

Art. 3º A prestação de contas dos recursos repassados, exigida pelo parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, obedecerá ao disposto na Resolução T.C. nº 05, de 17 de março de 1993, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco ou em norma específica que a substituir.

Art. 4º A despesa de que trata esta Lei poderá ter como fonte de recursos financeiros as restituições feitas pelo Poder Legislativo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. Retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de abril de 2008.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2008

Dimas Pereira Dantas
- PRESIDENTE -

José Moura Filho
- 1º SECRETÁRIO -

Aginaldo Xavier Alves da Rocha
- 2º SECRETÁRIO -